

A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM FOCO: AS MEMÓRIAS E AS FOTOGRAFIAS DE FORMATURA COMO REGISTRO DE UMA TRADIÇÃO (RE)INVENTADA

UYGUACIARA VELOSO CASTELO BRANCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
uyguaciara@gmail.com

O tema “Educação Superior” (com iniciais maiúsculas) adquire, no Brasil, conotações bastante peculiares, que reforçam a idéia de hierarquia e superioridade dadas ao diploma que lhe é conferido sobre os demais ramos do ensino que lhe antecede e seriam, portanto, “inferiores”. Tais conotações exigem uma compreensão dialética ancorada na relação entre **passado, presente e futuro**, a partir do trinômio Culto, Colônia e Cultura, como uma construção simbólica que se instala entre os **ritos**, os **mitos** e as **tradições** herdadas da cultura portuguesa, bastante vivos e pulsantes na **relação de poder** que se configurava entre colonizador e colonizado, no processo de exploração e ocupação do solo e na transmissão cultural, via **educação** (BOSI, 1992, p. 16). Esta relação continua presente em outras formas de exploração e de poder estabelecidas mesmo em uma sociedade globalizada, porém que atribui ao conhecimento uma importante carga valorativa e de inclusão social. O sentido aparente de imutabilidade dessas relações deve-se, em grande parte, ao caráter de longa duração presente nas mudanças/permanências características da **mentalidade** de um povo presente na cultura¹ brasileira.

Nesse sentido, Chauí (2001, p. 15-16) assim caracteriza essa mentalidade brasileira, em que o diploma é visto em condição muito semelhante a um título nobiliárquico:

Ao mesmo tempo, **nossa sociedade vive fascinada pelos signos de prestígio e de poder, como transparece no uso de títulos honoríficos sem nenhuma relação com a possível pertinência de sua atribuição (sendo o caso mais corrente o uso de ‘Doutor’ quando, na relação social, o outro se sente ou é visto como superior)** e na manutenção de criadagem doméstica, cujo número indica o grau de prestígio, *status* etc. (Grifos nossos).

Cumpramos também esclarecer que o termo **tradição**, bastante utilizado neste artigo, será por nós entendido e utilizado no mesmo sentido em que Hirano (1992, p. 90) o concebe, ou seja, como “transmissão” ou como “aquilo que é transmitido de maneira viva, seja pela palavra, seja pela escrita, seja pelas maneiras de agir”. Excedendo o que é transmitido oralmente, de geração a geração, a *tradição*, tem seu horizonte de atuação ampliado, sendo

entendida como “uma vida que engloba sentimentos, pensamentos, crenças, aspirações e ações. Ela implica comunhão espiritual de almas e sentimentos”. Também nesse sentido vale a pena conferir Hobsbawn; Ranger (1984).ⁱⁱ

O presente estudo objetiva compreender como a busca pela inserção social, dentro de um modelo de sociedade hierarquizado e que atribui privilégios e poder aos incluídos, leva tanto os incluídos quanto os excluídos a manifestarem seus desejos de pertencimento através do uso de expressões de enorme valor simbólico.

Dentre os processos de busca de identidade e identificação (MENDES, 2002; ERIKSON, 1968), encontram-se os rituais de colação de grau ou de *outorga do grau de bacharel*, a composição dos chamados “álbuns de formatura”, os bailes de formatura, com contratação de serviço de cerimonial requintado, que tentam perpetuar o passado e a tradição, vinculando-os a preservação do rito, no presente, de modo a garantir a dignidade, a cortesia, a pompa e o luxo presente nas cerimônias principalmente dos chamados “cursos nobres”.

Intencionando compreender melhor essa intrigante problemática, utilizamos, como fonte primária, artigos de jornais catalogados no arquivo da COPERVE/UFPB, fragmentos retirados de 08 livros de memória e 01 coletânea de discursos escritos por José Américo de Almeida, dentre os 85 livros de memória de autores paraibanos, que tratam da temática **História dos Cursos Superiores**, do acervo da Biblioteca Central da UFPB, no setor de Autores Paraibanos, e da Biblioteca do IHGP, e fotografias de Colação de Grau dos Cursos de Direito, Medicina e Pedagogia.

A opção pelas fontes literárias, pelas memórias, pelos textos jornalísticos, pelas fotografias, enfim, pelo discurso como documento histórico apóia-se em Le Goff (1976, p. 76), quando afirma que

uma outra categoria de fontes privilegiadas para a história das mentalidades é constituída pelos documentos literários e artísticos. História não de fenômenos ‘objetivos’, porém da representação desses fenômenos, a história das mentalidades alimenta-se naturalmente dos documentos do imaginário.

O nosso interesse reside sobre a representação ou o componente simbólico do discurso, que plasma a voz e os anseios da cultura de uma época, normalmente excluídos dos discursos oficiais ou da história tradicionalista.

- **A invenção da Universidade: os ritos, os símbolos e os mitos**

Em 12 de dezembro de 1955, o então governador da Paraíba, José Américo de Almeida, ilustre paraibano no campo das letras e político de renome à época, pronunciou, durante a instalação da Universidade da Paraíba, um discurso riquíssimo em elementos simbólicos, numa tentativa de justificar a relevância dada à criação de um Universidade na Paraíba, ou seja, de uma instituição universitária e o conseqüente investimento feito na concretização do *sonho* de fundação da primeira Universidade da Paraíba.ⁱⁱⁱ

O ilustre paraibano inicia seu discurso afirmando:

O que outros pretenderam fazer, **em 1885**, há 70 anos passados, como **primeira e única tentativa de fundação de uma Universidade na Paraíba**, até hoje, fazemos, nesta solenidade, como coroamento de um trabalho de conjunto, dirigido por um **ímpeto que nossas influências** propiciaram (ALMEIDA, 1955, p. 1, grifos nossos).

Aqui, o governador relata que a realização do “sonho” de fundação de uma Universidade no Estado teve a influência política marcante de um grupo liderado por ele, cuja força política era indiscutível à época. A referida tentativa de implantação do Ensino Superior foi obra de Joaquim da Silva, um paraibano que elaborou um **projeto de estatuto** do chamado **Instituto Jurídico Paraibano**, na cidade da Parahyba, tido como segunda tentativa de implantação de uma instituição (academia ou faculdade livre) de Ensino Superior.^{iv}

Almeida (1955, p. 1) descreve a importância da Universidade para o estado não como “[...] um luxo, uma mera decoração, uma falsa exterioridade do nosso progresso cultural, mas um movimento consciente que reconhece suas falhas e o vulto da responsabilidade avocada”. Ele aponta, ainda, como elementos fortalecedores para esta iniciativa, o grande volume de faculdades isoladas então criadas e em funcionamento, embora precário, sobretudo pelas dificuldades enfrentadas para manutenção, o que seria pretensamente resolvido a partir da junção em uma mesma unidade administrativa. Entretanto, ele não deixa de ressaltar que a fusão dessas faculdades em uma Unversidade somente foi possível pela *fusão de valores*, vencendo o que ele assim denominou de *pessimismo depressivo* predominante nas iniciativas isoladas.

Outro aspecto extremamente instigante chama-nos a atenção nas palavras do então governador, quando se refere ao corpo docente:

Não direi que já constituís, senhores professores, uma galeria de mestres consumados, **que já representais a elite necessária para poder formar elites**, que

é esse o principal papel de uma autêntica Universidade, como forja das civilizações que se organizam e renovam (ALMEIDA, 1955, p. 1, grifos nossos).

Américo (1955, p. 1) representa o corpo docente como a própria *elite* pensante e explicita o papel da Universidade, enquanto instância responsável ou que tem o papel ou *poder de formar elites*. E acrescenta sua dupla função de organizar as civilizações e as renovar, a partir de duas *virtudes* que seus mestres deveriam apresentar: “[...] minha esperança é, além da força intelectual, na força de caráter, o **regulador da conduta humana** em todas as manifestações da personalidade” (ALMEIDA, 1955, p. 2, grifos nossos).

Além da *força de caráter*, o governador agrega uma outra virtude na composição do corpo docente: “E o que mais importa **não é a alta cultura**, ornamento das inteligências mais privilegiadas. **Antes de um grande saber**, já possuíam quase todos o **requisito essencial** para ser um bom professor: **a experiência**” (ALMEIDA, 1955, p. 2, grifos nossos).

Esse aspecto explicita uma luta em prol de uma educação disciplinadora, praticada por um professor *experiente*, porém não necessariamente possuidor de uma formação competente, visão está impregnada pela formação tradicional apresentada pelos cursos jurídicos desde os tempos imperiais, em que não consistia em preocupação principal dos mestres, em sala de aula, a formação de juristas competentes ou a profissionalização de bacharéis.

Adorno (1988, p. 237) afirma, categoricamente, que “o ‘segredo’ do ensino jurídico, no período imperial foi, justamente, a pouca referência com o ensino de ciências jurídicas: “[...] a formação profissional do bacharel, embora realizada sob o signo da ciência do Direito, teve muito mais um sentido político do que propriamente jurídico” (ADORNO, S., 1988, p. 241).

Para nossos objetivos nesse texto, outro aspecto fundamental apontado no discurso é a ênfase na necessidade de perpetuação das tradições acadêmicas recebidas do berço formador da cultura paraibana: a Faculdade de Direito do Recife, instituição na qual o próprio autor (Américo, 1955) fora formado:

Vamos fazer de nossa Universidade uma criação nossa, sem renunciar à experiência dos melhores módulos e sem esquecer o caminho de nossa **velha metrópole intelectual**; **as raízes** que ainda florescem na terra de nossa formação: **a Faculdade de Direito do Recife** (ALMEIDA, 1955, p. 2-3, grifos nossos).

Aqui aparecem a primeira referência à palavra *raízes* como sinônimo de tradição, diretamente vinculada à expressão *velha metrópole intelectual*.

Outra passagem emblemática do discurso parece reforçar nossa observação anterior: “Outros vos darão asas; **eu vos dou as raízes. Dou o selo da perpetuidade**” (ALMEIDA, 1955, p. 5, grifos nossos). Essa frase foi imortalizada em um monumento construído na atual Fundação Casa de José Américo, museu criado em sua antiga residência, e é sempre lembrada quando se faz referência à criação da Universidade, atual Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na passagem, Américo (1955) acrescenta, como símbolo da tradição, as palavras *raízes* e *perpetuidade*, elemento subjetivo de berço, de solo e de preservação, conservação, do que não se submete à finitude do tempo. A peça simbólica utilizada para representar essa tradição é o termo *selo*, ornamento mítico que pode ser representado em outro elemento bastante conhecido e cobiçado: o diploma concedido pela instituição universitária. Seria o diploma o selo da perpetuidade, portanto, da tradição (re) inventada?

O diploma ou *selo* concedido pela Universidade passaria, então, a adquirir um significado equivalente ou substitutivo da perpetuação das raízes ou da manutenção das tradições. Nesse sentido, Chauí (1995, p. 162) afirma que “[...] o mito organiza a realidade, dando às coisas, aos fatos, às instituições um sentido analógico e metafórico, isto é, uma coisa vale por outra, substitui outra, representa outra”.

Nos trechos finais do discurso citado, Américo (1955) continua a exaltar a função da Universidade enquanto *coordenadora de estudos e idéias* e não como *uma fábrica de doutores*. Assim, Américo (1955, p. 4) define a instituição universitária:

A Universidade é chamada também de ‘**Alma Máter da Pátria**’. Esperamos que se cultivará o exercício das **virtudes eternas** que dignificam os povos. Será, a par de um foco de irradiação espiritual, **um núcleo de renovação cívica**, deixando de seguir o exemplo das antigas Universidades, isoladas no seu tempo, estranhas aos princípios e aos sentimentos mais atuantes, **cegas e surdas na sua sabedoria solitária**. [...] **Ensinará a pensar, associando o espiritual ao material, conciliando o pensamento com as atividades úteis**, contribuindo, enfim, para **formar uma civilização de trabalho organizado. Enriquecerá a inteligência para facilitar o discernimento dos fenômenos sociais**, para não se andar no escuro, desconhecendo a própria sombra. **Para se modelar uma personalidade dos remanescentes das tradições mais puras e do espírito moderno** (Grifos nossos).

Segundo o autor, o papel da Universidade seria o de uma instituição intimamente ligada à reestruturação do Estado, à formação de quadros técnicos e administrativos eficientes e competentes, trazendo sua contribuição de um melhor conhecimento teórico e prático da realidade do país, contribuindo na tentativa de reorganizar o Estado brasileiro.

Almeida (1955) aproveita para criticar a “velha” elite republicana, representante do bacharelismo *cego e surdo* à realidade do país, caracterizada pela falta de cultura política e seu alheamento aos problemas nacionais. O escritor propõe, como solução, uma articulação entre a **tradição** e a **modernidade**, dando ao conhecimento científico o poder de *organização do trabalho*, numa tentativa de “conciliação” entre as “atividades do espírito” e as “atividades úteis”.

- **Fotografando a tradição:**

A fotografia é considerada, por alguns autores (KOSSOY, 2001, p.117; LEITE, 2001, p.44; STANCIK, 2009, p. 446) além de uma simples imagem, como uma forma importante de interação social e também como uma forma de comunicação, que excede ao explícito e à realidade aparente da imagem, dado que se trata de uma fonte imaterial. A comunicação se realiza através da busca de outras formas de expressão, a exemplo da expressão corporal e gestual, numa tentativa de identificar e deduzir o conteúdo que não está visível, tentando articular o conteúdo interno com o conteúdo externo a fotografia.

Nesse sentido, deveremos considerar a fotografia como documento/monumento, no dizer de Le Goff (1976). Tal compromisso pressupõe que “[...] tanto o documento escrito quanto as imagens iconográficas ou fotográficas são representações que aguardam um leitor que as decifre (LEITE, 2001, p. 23).

Selecionamos um total de doze fotografias de colação de grau dos cursos de Medicina, Direito e Pedagogia, da UFPB. A partir da análise de fotografias de colação de grau de cursos da UFPB, percebemos alguns aspectos relevantes: o uso de vestes tradicionais, em que a beca é traje obrigatório para os formandos dos cursos de Direito e Medicina, e não para Pedagogia, e para toda a cúpula da UFPB, formada, normalmente, pelo Reitor ou seu representante, por professores vinculados aos cursos (Coordenadores, Chefes de Departamento e Professores homenageados). Outro aspecto importante e significativo é a escolha do local para a Colação de Grau: o secular: o Teatro Santa Rosa, para os formandos de Direito; o auditório da Reitoria da UFPB ou o Teatro Paulo Pontes do Espaço Cultural José Lins do Rego para os outros formando.

Além disso, a tradição também se encontra aliada diretamente à pompa, ao luxo e ao requinte na escolha do Baile de Formatura, haja vista o suntuoso salão de recepções, apresentado na fotografia seguinte.

Fotografia nº 01 – Entrada do Paço dos Leões



Fonte: J. Carneiro Produções, 18 out. 2002. Baile de Formatura da Turma de Direito - UFPB, Entrada do Paço dos Leões, João Pessoa/Paraíba.

Nesse sentido, dois conceitos nos parecem importantes: o de **identidades** e de **identificação**. O primeiro precisa ser entendido enquanto conceito fundamental que faz a articulação

[...] entre os discursos e as práticas que procuram interpelar-nos, falar-nos ou colocar-nos no nosso lugar enquanto sujeitos sociais de discursos particulares, por um lado, e, por outro, os processos que produzem a subjetividade, que nos constroem como sujeitos que podem falar e ser falados (MENDES, J., 2002, p. 503).

A compreensão do horizonte de possibilidades e dos recursos culturais necessários às justificações individuais e coletivas dos processos de identidade contribui para um conseqüente entendimento dos processos de **identificação**. Os processos de identificação são formados com base em contextos situacionais e históricos dominantes em determinado momento, dando a estes processos uma maior plasticidade. É a partir da assimilação e/ou da recusa seletiva das várias identificações ocorridas na existência do indivíduo que ele constrói sua identidade (ERIKSON, 1968; 1980). Esse processo tem como implicação o sentimento de pertencer ou não a um dado grupo social, de sentir-se incluído ou não do acesso ao capital simbólico de seus pares.

A tentativa de perpetuar o valor simbólico do diploma e o “respeito” social dessas profissões “nobres” parece se manifestar, simbolicamente, através da tentativa de “congelamento” dos rituais da velha tradição coimbrã.

Esse argumento parece ser reforçado no desabafo de uma bacharel em Direito, quando critica a “atualização” dada aos rituais de *outorga de grau de bacharel*, quando as cerimônias são interrompidas por cornetas, confetes e serpentinas, flashes de câmeras fotográficas etc., a cada formando que é chamado ao microfone:

Sabemos que o cerimonial universitário tem, como base, uma tradição ligada a antigas universidades brasileiras e européias e, mesmo nos centros novos e atuais de ensino superior, tem vigorado não apenas como forma de ordenar as solenidades acadêmicas mas guardar o respeito à comunidade interna e externa e conferir elegância aos atos solenes, mediante os quais se consolida importantes aspectos da autonomia universitária. A dignidade e a cortesia acadêmicas, expressas no simbolismo que cerca o rito destas cerimônias, são aspectos que devem ser preservados, não por terem direitos sobre o presente, pois cada tempo tem o seu próprio projeto, mas porque assegurando fidelidade à origem, impede que se vagueie fora dos limites e se caia na extravagância e no ridículo (FRANCA, 03 jul. 2003, p. 5).

A referência ao passado e à tradição é vinculada à preservação do **rito**, no presente, como forma de perpetuar a *dignidade*, mas, principalmente, delimitar os *limites*, tentando extirpar qualquer tipo de desvirtuamento que coloque em risco a casta dos bacharéis. Por isso, a participação nesse rito ou cerimônia não é para todos, haja vista a pompa e o luxo dessas cerimônias, como pode ser observado nas fotografias selecionadas a seguir:

Fotografia nº 02 – A tradição das velhas/novas becas



Fonte: J. Carneiro Produções, 16 out. 2002. Colação de Grau da Turma de Direito – UFPB. Teatro Santa Rosa, João Pessoa/Paraíba.

A construção da subjetividade passa, então, a adquirir um caráter *sagrado*, manifesto nesses *rituais* expressos no cotidiano do indivíduo, submetido tanto às contingências individuais quanto coletivas, sujeitas à construção e à reconstrução histórica.

- **Considerações Finais:**

A partir do diálogo com as fontes, podemos perceber, então, que o indivíduo, em contínuo processo de construção e reconstrução identitária, na tentativa de fazer sentido a sua condição humana e sociocultural, procura estabelecer uma busca de integração, tentando ajustar o seu comportamento às exigências morais e sociais que o rodeiam, buscando coerência e aceitação de si mesmo e do grupo, nos diversos papéis sociais que desempenha, em determinados momentos de sua existência.

Sua identidade pessoal pode ser melhor compreendida, nesse sentido, como o conjunto de características que são mais uniformes ou mais constantes no ser humano e que, ao mesmo tempo, são responsáveis por sua inserção no espaço coletivo das identidades sociais, espaços esses traduzidos pela comunidade local e pelos grupos relacionados à nação, à região, à classe social, à categoria profissional, etc.

ⁱ Destaca-se a importância de se definir a compreensão que temos de **cultura**, na mesma linha proposta por Bosi (1992, p. 16), como o [...] conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para **garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucional marcado do processo** (grifos nossos).

ⁱⁱ Em Hobsbawm; Ranger (1984), “o sentido dado à tradição como uma *invenção* remete às escolhas e à perpetuação de algumas tradições, tidas como imutáveis, congeladas num tempo circular, herdadas e reproduzidas pela sociedade, que as assume como escolhas de “todos” e as omite como criação e valor para determinados grupos, que investem suas forças para torná-las aceitas e reproduzidas como se fossem comuns a todos” (CASTELO BRANCO, 2005, nota nº 16).

ⁱⁱⁱ Utilizamos o texto original do discurso disponível no Acervo do Arquivo de José Américo de Almeida, na Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa-PB. O mesmo discurso foi posteriormente publicado, com algumas alterações em relação ao texto original, na coletânea de seus discursos (ALMEIDA, J. A., 1965).

^{iv} A intenção do paraibano foi manifestada em discurso proferido na reunião realizada, em 07 de junho de 1885, convocando personalidades da capital paraibana para discutir o referido projeto (SILVA, J., 10 jun. 1885, *apud* GAUDÊNCIO, 2003, p. 201).

Referências Bibliográficas:

-
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.22-23.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CASTELO BRANCO, Uyguaçara. *A construção do mito do "Meu filho doutor"*. Fundamentos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2005.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à Filosofia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- FRANCA, Maria das Neves. Maior o anel menor o bacharel. *Jornal da Paraíba*, Paraíba, 03 jul. 2003. (Cidades).
- GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. *Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do Império*. Tese (Doutoramento em História Econômica) – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo: mimeo, 2003.
- HIRANO, Sedi. Tradição e Mudança Social no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Orgs.) *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antônio Cândido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOBBSBAWN, Erik; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: UNB, 1963. (Biblioteca Básica Brasileira, v. 10).
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- KOURY, Mauro G. P. Fotografia e interdito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.19, n.54, p.129-141, fev. 2004. p.131-132.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2001. p.78, 87, 95
- STANCIK, Marco Antonio. Entre flores e canhões na Grande Guerra (1914-1918): o final da *Belle Époque* e o começo do "breve século XX" em um álbum de retratos fotográficos. *Rev. Bras. Hist.*, v. 29, n. 58, São Paulo, dez. p. 443-465, 2009.